

Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema de teoria da autobiografia

*Jaime Ginzburg**

Dedicado a meus pais

Resumo

Este estudo procura avaliar alguns problemas teóricos em torno do conceito de autobiografia. Tentamos apresentar, com base em idéias de Michel Foucault, como podemos definir subjetividade como uma categoria problemática, relacionada à violência social contemporânea. Como exemplos, escolhemos textos escritos por Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade, associados ao autoritarismo ditatorial.¹

Palavras-chave: Autobiografia. Michel Foucault. Violência.

Pesquisadores têm observado que a capacidade de relatar episódios de violência varia muito de acordo com o tipo de inserção que cada ser humano tem neles. Como defendem Veena Das e outros estudiosos,¹ as vítimas podem ter dificuldade em narrar o que viveram, em razão do abalo sofrido. De acordo com Marcelo Viñar, vítimas de tortura têm abalado o nexos primário entre corpo e linguagem.² A dor física extrema impede a narração fluente posterior.

Dentro da discussão teórica sobre autobiografia, fazemos um recorte específico, chamando a atenção para textos que se referem a experiências de violência coletiva em regimes autoritários e situações históricas de opressão. No caso desses textos, cabe salientar a necessidade de considerar

* USP.

elementos de descontinuidade formal, indeterminação, imprecisão, lacunas, concepções fragmentárias de tempo e espaço. Esses elementos não devem ser considerados falhas de escrita.

Respeitando o princípio adorniano de articulação entre tema e forma,³ podemos abordar esses elementos em textos associados com a violência de regimes autoritários como componentes motivados da forma. Entre as conotações desses recursos, podem ser identificadas, em diversos casos, indicações de uma problematização da constituição do sujeito. Em textos autobiográficos, a dificuldade de narrar a própria experiência pode ser interpretada como um problema a ser considerado dentro do contexto histórico.⁴

As heranças do pensamento racionalista cartesiano e do iluminismo trazem constantemente um problema para o estudo da autobiografia. A tradição cartesiana cria bases para uma expectativa de que cada sujeito humano é capaz, desde que organize sua capacidade de pensar racionalmente, de compreender a natureza e dominá-la de acordo com seus interesses.

Sendo a autobiografia um espaço de reflexão do eu sobre sua própria constituição, o sujeito poderia, dentro desse espaço, manejar os recursos disponibilizados pela memória, de modo a expor a percepção que considera mais adequada de sua própria imagem. Ninguém poderia, tanto como o próprio eu, caracterizar sua identidade e atribuir sentido à sua experiência.

Essas prerrogativas estabelecem uma concepção afirmativa da autobiografia. Quando um pesquisador se volta sobre um texto do gênero de acordo com essa concepção, pode correr o risco de minimizar o fato de que o texto seja uma construção lingüística, marcada por condições históricas concretas, e acentuar a perspectiva de que a autobiografia é o lugar da verdade, da sinceridade, da autenticidade.

O estudo da autobiografia frequentemente evoca o problema da verdade. Dentro da discussão constantemente renovada sobre as relações entre realidade e ficção, hoje intensificadas pela teorização sobre o testemunho, a verdade é, muitas vezes, considerada um fator de definição de valor.

Para a discussão da literatura do século XX, é fundamental contextualizar os fundamentos das abordagens interpretativas. Num período definido por Eric Hobsbawm como “era das catástrofes”,⁵ a questão do critério de verdade está diretamente ligada às forças históricas em tensão. Definir um conhecimento verdadeiro e, mais especificamente, atribuir veracidade a um relato de experiência implica perceber a distribuição dessas forças.

Em parte, esse problema corresponde à questão do referente. Em um procedimento mistificador, um texto autobiográfico poderia procurar fixar seu próprio referente, evitando sua flutuação, como se a polissemia inerente à constituição do texto literário pudesse ser excluída do horizonte. No entanto, sabemos que nenhum texto, por mais objetivo que pretenda aparentar ser,

pode de fato evitar completamente a polissemia.

O assunto ultrapassa o campo da semântica e atinge a epistemologia e a filosofia política. Em cenários de luta política, o critério de atribuição de verdade a um texto é expressão de um posicionamento dentro da luta. A autobiografia pode assumir um papel de mediação, instrumento de confronto, em que a experiência individual atua como fundamento para interpretar e discutir a experiência coletiva.

O gênero autobiográfico teve no Brasil momentos prósperos. Existem obras memorialistas rigorosamente afirmativas, associadas a campos como a política autoritária e o militarismo, ocupando estantes e bibliotecas institucionais. A atitude deve ser diferente quando passamos a Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade.

Em alguns casos – mencionemos brevemente *Memórias do cárcere*⁶ e *O observador no escritório*⁷ – a historicidade dos textos exige uma atenção compatível com sua complexidade. Não cremos que o mais importante para reconhecer o valor desses livros seja realizar uma demonstração de fidelidade a uma imagem da realidade aceita por historiadores (sobretudo pela historiografia conservadora). As indicações autobiográficas de ambos podem, de fato, apontar para a localização, no tempo e no espaço, de eventos de interesse público. No entanto, esse aspecto não é suficiente para explicar sua importância. Cabe enfatizar que esses livros ganham em singularidade e relevância quanto mais os compara-

mos com outros discursos prestigiados no período em que foram produzidos.

Além de fazerem parte de um contexto social conflitivo, marcado por forte repressão e violência, eles participam de um debate intelectual, entre configurações discursivas que contrastam pontos de vista. Diversos temas tratados por Graciliano Ramos e Drummond foram contemplados, em perspectivas autoritárias, por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, entre outros. As enormes diferenças entre suas produções permitem visualizar a intensidade com que, no campo intelectual, os conflitos sociais marcavam os debates. Vocabulário, sintaxe, figuras de linguagem fazem parte da dinâmica desses conflitos.

As reflexões sobre obras autobiográficas associadas a regimes políticos autoritários envolvem desafios conceituais e metodológicos. Sua análise requer a consideração de componentes conflitivos de sua constituição. Isso se aplica tanto a textos escritos no interior dos períodos de duração formal de regimes autoritários como a trabalhos que, com distância temporal, apontam para um passado marcado pela repressão. Os recentes estudos sobre literatura e testemunho têm evidenciado a dificuldade de abordar essas obras com categorias tipológicas convencionais.

Vamos nos deter num aspecto específico que, direta e indiretamente, emerge como dificuldade operacional. Trata-se de pensar a categoria do *sujeito* em meio às discussões recentes sobre autobiografia, memória e testemunho. O termo é polissêmico, utilizado em

variadas áreas de conhecimento e por diversas linhas reflexivas, sendo, inclusive, incorporado a trabalhos acadêmicos de acordo com concepções de seu emprego consideradas cotidianas ou de senso comum. Por isso, uma discussão sobre seu uso é necessariamente limitada e parcial.

Cabe avaliar a discussão do sujeito na crítica literária voltada para a autobiografia e o testemunho. Não há, no campo investigativo, consenso quanto à escala de percepção da delimitação do eu. As caracterizações de autores, narradores e vozes de enunciação por parte de críticos literários podem pressupor concepções de sujeito, que se impregnam de referenciais filosóficos e orientações epistemológicas, de maneiras muito variadas. Referências à voz da enunciação, construção lingüística elaborada formalmente, constantemente se cruzam com referências ao autor, nomeado e aludido como concreto. O emprego da categoria “narrador” aflora tanto para se referir ao autor, como à voz da enunciação.

Ainda é freqüente encontrar em trabalhos de crítica literária uma concepção de sujeito de orientação cartesiana, disposta de modo sugerido ou explicitado. Ela é muito importante, por exemplo, nas pesquisas sobre realismo amparadas por Ian Watt.⁸ Para essa linha de abordagem, o sujeito é caracterizado por uma estabilidade. Desde que possa dominar com rigor o andamento de seu pensamento, observando a continuidade e a ausência de contradição, ele pode constituir uma imagem confiável de si mesmo, predominantemente ordenada.

Em uma autobiografia, o sujeito estabelecerá a si mesmo como campo de observação e investigação. Pela perspectiva cartesiana, seria capaz de, operando com os métodos adequados, conhecer a si mesmo de modo consistente e suficiente. Em termos epistemológicos, assumir a orientação cartesiana em uma autobiografia resultaria em segurança na enunciação, em convicção na exposição de fatos.

A orientação cartesiana teria tido no iluminismo sua expressão mais contundente. O elogio da razão estaria diretamente associado à perspectiva afirmativa da existência, à expectativa de viabilidade do domínio da natureza por parte de procedimentos técnicos, ao controle do conhecimento do objeto por parte do sujeito.

Narrativas em que as vozes de enunciação assumem perfis pautados na tradição cartesiana são comuns, contemporaneamente, em muitas formas discursivas. Historiadores, advogados, médicos, jornalistas e múltiplas presenças na mídia audiovisual adotam estratégias persuasivas que reforçam procedimentos da tradição cartesiana, procurando despertar no receptor confiabilidade, com uma imagem estável de um sujeito capaz de compreender a natureza e a si mesmo. No campo da autobiografia, a orientação cartesiana associa-se à expectativa de uma imagem ordenada e totalizante do narrador.

O narrador, nesse caso, seria dotado de condições suficientes para construir, ao longo da exposição, uma imagem de conjunto, com uma identificação estável. Independentemente de critérios

externos de verdade e autenticidade, a imagem proposta do eu que fala pode se pretender inteira e coerente. O sujeito cartesiano pode responder à pergunta sobre sua identidade. A resposta pode ser ilusória, ou forjada, mas pode estar dotada de recursos persuasivos. O leitor pode assumir confiabilidade na voz da enunciação, de modo a acreditar, na recepção, na imagem construída.

Com essa concepção totalizante, os conflitos humanos tenderiam a ser etapas do processo constitutivo, em que o passar do tempo corresponde a uma acentuação da capacidade de selecionar os critérios necessários para discernir a ação correta, o pensamento legítimo, a atitude adequada. Cada etapa do percurso pode ser encarada como síntese de etapas anteriores.

Essa determinação de unidade consiste em uma derivação do essencialismo platônico, em que “toda mudança tem de ser interpretada como uma diferente personificação ou emanção de idéias e essências fixas em especificações e exemplares sempre novos”.⁹ Sua expressão filosófica mais elaborada está na *Fenomenologia do espírito* de Hegel.¹⁰

O modelo cartesiano foi colocado em questão desde o seu surgimento, e sua abrangente difusão, estendida até o presente, esteve em tensão com pré-românticos e românticos, principalmente na Alemanha. A partir do século XVIII vão sendo construídas proposições epistemológicas contrárias, dedicadas a relativizar essa tradição racionalista e iluminista.

Michel Foucault, em diversos trabalhos, elaborou uma reflexão plural e perturbadora sobre as transformações na concepção de sujeito dentro do pensamento europeu. Contrário às concepções absolutizantes e metafísicas de elaboração do assunto, ele procurou “chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica”.¹¹

O efeito de verdade, em Foucault, pode ser produzido por estratégias disciplinares e discursivas, regimes e coerções – “a verdade não existe fora do poder”.¹² Um dos mapas mais estimulantes desse empreendimento é o artigo *Nietzsche, Freud, Marx*, escrito em 1967. A seleção desses três pensadores obedece, em Foucault, ao interesse pela mudança dos paradigmas de interpretação, rompendo com a concepção hegeliana de totalidade e, também, com a valorização da racionalidade da tradição cartesiana e iluminista.

O pensador propõe que, com esses três autores, passamos a admitir que a linguagem não produz sentido de modo imediatamente manifesto, que a atribuição de sentido exige uma percepção mediada.¹³ A tarefa da interpretação necessariamente “se reflete sobre si mesma”,¹⁴ pois o próprio intérprete deve ser compreendido por si mesmo enquanto realiza sua compreensão do objeto. É rompida a segurança do processo, sendo instalada uma incerteza constitutiva na elaboração do discurso.

A tradição metafísica entende haver uma essência por trás de uma aparência; por isso, a tarefa de interpretação

consistiria em explicitar uma profundidade oculta. Desde Nietzsche, Freud e Marx, entende Foucault, essa proposição teria revelado sua falha.

O trabalho interpretativo define-se como inacabado, inconcluso, por recusar princípios metafísicos de origem e fim. A auto-suficiência individual é recusada em Marx; a consciência totalizante, rejeitada em Freud, e a competência dos sistemas de conhecimento, afastada em Nietzsche.¹⁵ Os três pensadores teriam nos legado, acompanhando Foucault, uma vertigem interpretativa, em que não há como evitar o risco de uma interpretação perceber suas limitações e insuficiências.

Se encaramos uma autobiografia como interpretação que o eu faz do conhecimento que tem de si mesmo, encontramos nessa argumentação um movimento de relativização. Se o conhecimento é sempre incompleto, inconcluso, toda percepção limitada, um discurso autobiográfico está necessariamente marcado por um risco de imprecisão.

O ensaio de Foucault, embora breve, estimula uma releitura motivada dos três autores. Cabe lembrar alguns elementos de suas produções para situar o assunto, ainda que rapidamente.

A obra de Marx foi fundamental para eliminar a mistificação da autonomia do sujeito. Dentro da desigualdade social, de acordo com o autor, a classe dominante tem mecanismos para controlar a distribuição de idéias. Categorias de pensamento emanam, para o pensador, das relações materiais. Com a dominação ideológica, os seres huma-

nos pertencentes às classes desfavorecidas têm suas perspectivas distorcidas em favor da classe dominante. Suas experiências de opressão, sofrimento e precariedade material, como efeito da dominação, não são percebidas como construções históricas. Normas sociais apresentadas como voltadas ao bem coletivo funcionam como mecanismos de controle e opressão. A experiência social é conflitiva, marcada por contradições entre interesses coletivos e individuais.¹⁶

O mundo da mercadoria constitui entre seres humanos relações fantasmagóricas, pautadas pela reificação. As idéias de Marx contrariam a concepção iluminista de um sujeito racional capaz de compreender e dominar a natureza. Iludido pelas ideologias, controlado pelo uso de categorias de pensamento que reforçam a desigualdade e o fetiche da mercadoria, os seres humanos de classes desfavorecidas não podem compreender inteiramente a si mesmos, nem mesmo entender por que vivem na precariedade material em que vivem.

Com a psicanálise, o controle que temos sobre nossas próprias ações é colocado em questão. A dinâmica do desejo, no quadro das reflexões sobre o inconsciente, envolve a presença de impulsos reprimidos, componentes de nosso comportamento que podem contrariar as regras morais e as leis coletivas. O que chamamos de “ordem racional de pensamento” perde sua soberania; como observa Jurandir Freire Costa, com Freud foi estabelecido que a razão desconhece os móveis de seus próprios interesses.¹⁷

O problema do conhecimento em Freud tem um de seus momentos mais importantes em sua reflexão sobre o *unheimliche*. Esta categoria leva a colocar em suspensão os limites habituais da percepção, subvertendo a diferença entre o estranho e o familiar. A irrupção do recalcado, à revelia do controle do sujeito, contraria a estabilidade. Entre o que o sujeito guarda em seu interior e o que as normas sociais o obrigam a seguir, pode fluir um descompasso. Isso pode provocar a relativização da estabilidade das categorias morais e das regras sociais.¹⁸

Em Nietzsche, a concepção iluminista da razão tem seus fundamentos submetidos à crítica. O conhecimento de si depende de *perder-se*, de colocar em dúvida constantemente as categorias que nos servem de apoio e referência. Em *A gaia ciência* a produção de conhecimento é condicionada pela presença do erro, que desempenha, frequentemente, um papel constitutivo. A origem da lógica estaria no campo do ilógico, base instável em que as idéias consolidam seus pressupostos.¹⁹

Tomando como provocação o ensaio de Foucault, podemos elaborar algumas hipóteses:

- quando a autoria de um texto autobiográfico estiver associada a uma situação de dominação econômica e de desigualdade de classes, o esforço de conhecimento de si mesmo pode corresponder a um confronto com as categorias de pensamento valorizadas pela classe dominante; o conhecimento de si pode consistir, nesse

sentido, num confronto da reificação, do fetichismo e da alienação, que politiza a renovação da linguagem;

- um texto autobiográfico pode explorar, com fins libertários, linguagens associadas ao descantamento de matéria reprimida da experiência, como a linguagem do sonho, que opera por condensação e deslocamento, e as imagens caracterizadas como *unheimliche*, de modo que os procedimentos convencionais de percepção linear e entendimento continuado sejam deixados de lado, em favor de uma percepção fragmentária;
- a autobiografia pode admitir dentro de si a indeterminação, a crítica dos sistemas totalizantes e a discussão dos critérios de verdade, permitindo que elementos considerados transgressores no senso comum, ou violações para a moral vigente, assumam uma posição construtiva na relação do sujeito com a própria memória.

Essas observações apontam para uma incorporação de alguns elementos de Marx, Freud e Nietzsche à discussão da análise do texto autobiográfico. Isso representaria, necessariamente, uma ruptura com a concepção afirmativa do gênero, mencionada anteriormente. Se encaramos o objeto de investigação com prerrogativas como essas, contrariamos o princípio cartesiano e passamos a lidar com uma concepção negativa de sujeito.

Para a era das catástrofes, isso pode ser uma estratégia necessária. De acordo com Foucault, “a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa”;²⁰ as condições em que podemos atribuir sentido a experiências dependem das posições que assumimos no interior dos conflitos.

Livros como *Memórias do cárcere* e *O observador no escritório* apresentam esforços de resistência crítica à violência brasileira. Em ambos os casos, essa violência esteve associada a interesses oficiais. O Estado pode, de acordo com Jurandir Freire Costa, elaborar estruturalmente, com seus aparelhos de controle, manifestações de desejos destrutivos, associadas a mecanismos ideológicos legitimadores de autoridade.²¹

Para construir seus relatos, esses livros rompem com as convenções formais de narração do discurso dominante. A linguagem pode ser observada de uma maneira similar a uma prisão, como lemos no livro de Graciliano: “Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”²²

Num regime autoritário, a idéia de que o sujeito pode ter na posição cartesiana uma garantia de plenitude mostra-se ilusória. Conhecer imediatamente a realidade, expressar suas idéias de maneira completa, relatar com autenticidade e espontaneidade o que se viveu são prerrogativas

condicionadas pelos mecanismos de opressão social. Dentro de um quadro de violência constante e desrespeito aos direitos humanos, as condições de conhecimento de si podem estar abaladas pelo componente traumático da história.

Uma narração fragmentária em uma autobiografia pode, dentro desse contexto, configurar algo diferente de um experimentalismo formal, ou de inconsistência no projeto de escrita. A fragmentação pode ser indicação de ruptura com a concepção cartesiana de sujeito.

Theodor W. Adorno, desenvolvendo reflexões pautadas por Marx e Freud, chamou a atenção, tendo em consideração o impacto da Segunda Guerra Mundial, para a presença contemporânea de uma “inclinação arcaica para a violência” e o desdobramento de “tendências regressivas como tendências globais”.²³ Com a modernização da tecnologia de guerra, o papel da ciência como condição de desenvolvimento da barbárie foi acentuado. A crítica de Adorno à razão instrumental associa-se à decomposição da percepção mistificadora da racionalidade, indicando que a destruição e o genocídio podem estar no horizonte do emprego da técnica.²⁴

Um texto autobiográfico redigido com base numa incorporação forte de violência de um regime autoritário pode ser qualificado por uma construção formal em que o ponto de vista escolhido permita que, na própria forma, seja realizada a crítica da razão instrumental e das ideologias de dominação, responsáveis pela justificação e sustentação da violência.²⁵

Abstract

This study intends to evaluate some theoretical problems referring to autobiography. We try to present how, referring to Michel Foucault's ideas, we can define subjectivity as a problematic category, related to social contemporary violence. As examples, we choose texts written by Graciliano Ramos and Carlos Drummond de Andrade, associated to dictatorship's authoritarianism.

Key words: Autobiography. Michel Foucault. Violence.

Notas

- ¹ DAS, Veena (Org.). *Violence and subjectivity*. University of California Press, 2000.
- ² VIÑAR, Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- ³ ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.
- ⁴ Conforme BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1).
- ⁵ HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ⁶ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969. 2v.
- ⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- ⁸ WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- ⁹ HORKHEIMER, Max. Sobre o problema da verdade. In: _____. *Teoria crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1990. p. 166.
- ¹⁰ HEGEL. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992. 2 v.
- ¹¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 7.
- ¹² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 12.
- ¹³ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 40.
- ¹⁴ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 43.
- ¹⁵ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 45.
- ¹⁶ Conforme MARX, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988. p. 51-58.
- ¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 29.
- ¹⁸ Conforme FREUD. Das unheimlich. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- ¹⁹ Conforme NIETZSCHE. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1988. p. 200-201. 2. ed. (Os Pensadores).
- ²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 5.
- ²¹ COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 30-53.
- ²² RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969. v. 1, p. 4.
- ²³ ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor W. Adorno - sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 38.
- ²⁴ ADORNO; HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Jorge Zahar, 1985.
- ²⁵ Agradeço à minha orientanda Valéria de Freitas Pereira pelas observações.